

TRABALHO E SAÚDE DOCENTE EM PARATY-RJ: AMPLIAÇÃO PARA MENOS¹

Vanessa Marcondes de Souza²

Resumo

O objetivo deste artigo foi analisar a relação entre as condições de trabalho e a saúde de professores da rede pública de ensino de Paraty-RJ. Este trabalho resulta de pesquisa básica de natureza qualitativa realizada a partir da triangulação de fontes primárias: documentos oficiais, dados do censo escolar e da Enquete Docente. Conclui-se que o processo de ampliação da rede de ensino, verificado na última década, foi produzido sob a intensificação da precariedade do trabalho e saúde dos docentes.

Palavras-chaves: trabalho docente; mal-estar docente; Educação básica; Educação de Jovens e Adultos; Paraty-RJ.

TEACHING WORK AND HEALTH IN PARATY-RJ: EXPANSION THAT MEANS LESS

Abstract

The aim of this article was to analyze the relationship between working conditions and the health of public school teachers in Paraty-RJ. This work results from a basic qualitative research conducted through the triangulation of primary sources: official documents, school census data, and the Teacher Survey. It is concluded that the expansion of the public education system observed in the last decade has taken place alongside an intensification of the precariousness of teachers' work and health.

Keywords: teaching work; teacher malaise; basic education; Youth and Adult Education; Paraty-RJ.

1. Introdução

Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada no âmbito da pós-graduação e está inserido num esforço mais amplo e interinstitucional de investigação realizado no estado do Rio de Janeiro por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores, docentes e estudantes de pós-graduação e graduação de diferentes instituições públicas de ensino. O recorte estabelecido pela pesquisa que resultou neste artigo definiu como locus de investigação a rede municipal de Paraty, município localizado na região sul do estado do Rio de Janeiro.

¹ Artigo recebido em 19/09/2025. Avaliação em 22/10/2025. Aprovado em 18/11/2025. Publicado em 20/01/2026.

² . Bacharel em Ciências Biológicas com ênfase em Biologia Marinha pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2007). Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Fluminense (2008). Mestre em Ciência Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PGCA) pela UFF (2011). Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS-UFRJ). Professora de ciências e biologia na rede estadual do Rio de Janeiro. Tem experiência e interesse nas áreas de Meio Ambiente, Educação Ambiental crítica, Educação Popular, Educação do Campo, Povos e Comunidades Tradicionais, Unidades de Conservação e Justiça Ambiental. vanessamarcondes@gmail.com

O objetivo deste artigo foi analisar a relação entre as condições de trabalho (infraestrutura das escolas, formas de contratação, gestão, etc) e a saúde de professoras e professores que atuam na rede pública supracitada. Neste artigo analisamos os resultados de uma investigação que compreendeu esta relação entre as condições e processos de trabalho e a saúde dos docentes, identificando as formas e espectros do mal-estar docente (Esteve, 1999), as maneiras como o sofrimento psíquico vem sendo gerido no interior da rede pública municipal de ensino em um processo histórico em que a ampliação da rede pública ocorreu a partir da intensificação da precariedade do trabalho docente.

Este artigo resulta de uma pesquisa básica de caráter qualitativo que utilizou diferentes instrumentos e procedimentos de investigação com intuito de ir além do fenômeno aparente do objeto em questão. Para alcançar os objetivos desta pesquisa qualitativa foram realizados: a) levantamentos de dados oficiais do Censo Escolar, disponibilizados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre a situação da rede municipal de Paraty ao longo da última década (2014-2024); b) análise das respostas de professoras e professores à Enquete Docente; c) análise de documentos produzidos por movimentos sindicatos e associados à defesa da educação no município de Paraty.

Espera-se com este artigo contribuir com o campo de pesquisas sobre trabalho e saúde docente, especialmente numa conjuntura de intensificação da precariedade do trabalho em todo mundo e, em especial, nos países de capitalismo dependente (Fernandes, 1975). Os desdobramentos desta intensificação sobre a saúde dos trabalhadores e, particularmente, sobre as professoras e professores das escolas públicas devem ser enfrentados pelas pesquisas acadêmicas como problema candente na atualidade.

2. Trabalho e mal-estar docente: um campo necessário de pesquisa

Desde os anos 1980, diversos pesquisadores se debruçaram em pesquisas sobre a natureza do trabalho docente. No decorrer destes anos, um conjunto de investigações, partindo de distintos referenciais e diferentes abordagens, tentaram compreender as especificidades do trabalho docente. Não será possível aqui caracterizar este balanço, até porque diversos trabalhos já realizaram muito bem anteriormente (Saviani, 2021a, 2021b; Paro, 2018; Ponce, 2001; Borges, 2020; Oliveira, 2012; Miranda, 2017). Destaca-se aqui um aspecto que caracteriza este trabalho como atividade fundamental do processo educativo no conjunto das relações sociais de produção e, neste sentido, responde às demandas do modo de produção capitalista, colaborando com a formação de trabalhadores adequados, condicionados e

preparados para as demandas produtivas de sua época. Entende-se, portanto, enquanto conceito de trabalho docente como atividade laboral dirigida a socializar de maneira intencional os conhecimentos produzidos ao longo da história, a partir de um processo humanizador dos sujeitos. Assim, o trabalho docente fundamenta a razão histórica da escola, enquanto instituição pública, sendo determinante na realização da função social e histórica da educação escolar (Borges, 2020).

Neste artigo nos afastamos das abordagens teórico-metodológicas que procuraram compreender o trabalho docente no setor público comparando-o ao trabalho na indústria capitalista. O percurso realizado até o momento da construção deste projeto baseia-se na concepção de que professoras e professores das escolas públicas são trabalhadores assalariados que têm seu trabalho regulado pelo Estado e, portanto, estão sujeitos às formas e instrumentos de controle do setor público. Apesar desta particularidade, a hipótese deste projeto parte da concordância com a tese de que o trabalho docente sofre na atualidade um conjunto de mutações que está expresso na mudança da natureza da subsunção desta atividade ao capital (Miranda, 2017).

A subsunção do trabalho imaterial ao Capital foi analisada por um conjunto de autores (Santos, 2023; Leher, 2022; Amorim, 2014). A análise que propõe compreender as atuais metamorfoses produzidas sobre o trabalho docente a partir da categoria “subsunção real” tem nestes autores importantes referências. A compreensão sobre este processo histórico pode produzir profundos impactos nos estudos sobre a relação entre trabalho e saúde docente, tendo em vista que a mudança na natureza da exploração do trabalho, remete à mudanças na natureza do sociometabolismo desta atividade, bem como sobre aquilo que na sociologia do trabalho se definiu por “mal-estar docente”, categoria fundamental para compreender o sofrimento psicofísico dos trabalhadores sem cair nos fetiches produzidos pela fábrica neoliberal (Dardot e Laval, 2016).

A relação entre trabalho e saúde docente não é um tema novo no campo de pesquisa e vem sendo investigado nas últimas décadas no Brasil com um grande volume de trabalhos e investigações (CALDAS, 2012; GASPARNI, 2005; LEITE e SOUZA, 2011. entre outros). Entre 1997 e 2017, um levantamento organizado por Silva e Fischer (2021), identificou a existência de 175 estudos, tendo o seguinte perfil: (1) problemas de saúde; (2) condições de trabalho e saúde; (3) qualidade de vida; (4) trabalho, carreira e fundamentos da ação docente. Foram 38 estudos entre 1997 e 2006 e 137 estudos entre 2007 e 2017. Segundo os autores, há

um crescente interesse pelo tema nos últimos anos, apesar de ser possível identificar que ainda há pouca atenção na área educacional à saúde dos professores.

O “mal-estar docente” é uma categoria chave neste artigo (Esteve, 1999). A proposta de trabalhar com esta categoria vai no sentido, tanto de afastar-se das formulações que individualizam o problema e culpabilizam os indivíduos, como pela necessidade em compreender o problema a partir das condições sociais e históricas em que ele se desenvolve. O “mal-estar docente” deriva da natureza da atividade laboral em determinadas condições em que se realiza.

O mal-estar docente tem sido pesquisado também no âmbito da organização política dos trabalhadores, como é o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Em pesquisa realizada por Vieira (2017), junto às delegadas e delegados do 33º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores, realizado em Brasília, em 2017, alguns aspectos relativos às condições de trabalho e sua relação com os sintomas de mal-estar e doenças ou distúrbios, bem como o uso de medicamentos são destacados e evidenciam a necessidade de que pesquisas realizem maiores aproximações sobre o problema. O levantamento destaca, por um lado, o acúmulo de cargos (66,2% entre as mulheres e 62,3% entre homens), dificuldade de aprendizagem dos estudantes (56,1% entre as mulheres e 56,9% entre os homens), falta ou precariedade de material pedagógico (53,5% entre as mulheres e 51,5% entre os homens). Por outro lado, o mesmo estudo identifica que a ansiedade é o principal sintoma de mal-estar entre mulheres (72,7%) e homens (65%), sendo considerado maior do que problemas de voz e dores nos braços, sintomas apontados também no levantamento. Os números extraídos desta pesquisa sinalizam uma “sociedade do adoecimento”, pautada na transformação dos trabalhadores em uma “mercadoria de alta descartabilidade” (Antunes, 2020).

A pesquisa com os delegados do congresso da CNTE demonstrou também, por um lado, que entre as principais doenças e distúrbios que afetam os profissionais da educação estão associadas à saúde mental: estresse (67,5% entre as mulheres e 63% dos homens) e depressão (60,2% entre as mulheres e 43,4% entre os homens). Por outro lado, o levantamento demonstra que o recurso aos tratamentos com uso de remédios controlados parece ser um dado bastante evidente, considerando que 41,2% fazem uso contínuo e outros 24,5% uso esporádico de medicação por prescrição médica, enquanto 21% faz uso esporádico e outros 8,5% uso contínuo de medicação sem prescrição médica.

Os resultados deste levantamento nos permitem afirmar que é fundamental conhecermos essa realidade no interior das redes públicas de ensino. É neste sentido que se compreende que as questões apontadas revelam a necessidade de ampliarmos o conhecimento sobre as condições de trabalho e saúde de professoras e professores, estabelecendo as possíveis relações entre elas para compreendê-las. Este percurso de investigação nos leva a se defrontar com um problema que revela conflitos que estruturam e organizam a natureza desta atividade laboral. No mesmo sentido, as informações sobre como estes processos têm sido enfrentados por professores e professoras no interior e fora das escolas e revelam a existência de uma gramática do sofrimento psíquico que encapsula o mal-estar docente em uma ou mais categorias: estresse, depressão, etc. Se extrai daí a existência de um modo de gestão do sofrimento psíquico inserido numa economia que extrai mais da dor e do sofrimento, como apontam atualmente diversos autores (Safatle, Junior e Dunker, 2021; Costa, 2023).

3. Escola pública, trabalho docente e a rede municipal de Paraty: uma ampliação para menos?

A rede municipal de educação de Paraty está estruturada a partir de 36 escolas, sendo 27 localizadas em área rural e nove em área urbana. São 6.160 estudantes matriculados e 300 docentes, segundo o Censo Escolar (2024). Nos últimos anos, a luta de diferentes movimentos sociais por acesso à educação pública expôs, por um lado, uma histórica negação ao direito à escola pública na cidade intitulada pela Unesco como “Patrimônio Misto da Humanidade”. Por outro lado, o protagonismo destes movimentos na construção de alternativas históricas desencadeou um movimento de expansão do acesso à educação pública neste território, atingindo, inclusive, as regiões mais remotas.

A rede municipal de Paraty ofertava o segundo segmento do ensino fundamental, até 2015, em somente em três escolas, duas localizadas na região urbana e uma na zona rural. Em algumas regiões mais distantes, acessadas somente por meio de embarcações, o primeiro segmento do ensino fundamental era oferecido de forma multisseriada e em outras não havia escolas e também não havia oferta de barco para o deslocamento de crianças e adolescentes. Para solucionar essa questão, mediante cobranças e lutas, foi oferecida, entre 2011 e 2015, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio de uma “parceria público-privada” entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Fundação Roberto Marinho (FRM), entendido nesse trabalho como um aparelho privado de hegemonia (Gramsci, 2007) da classe dominante. As crianças das comunidades costeiras mais distantes, então, que finalizavam o

primeiro segmento do ensino fundamental ficavam alguns anos fora da escola para em seguida cursarem o segundo segmento na EJA (Souza e Loureiro, 2020).

O que se evidenciou neste processo de oferta da EJA foi a luta de classes pela disputa da formação humana nas escolas públicas. Uma luta travada em torno da definição do que viria a ser a educação de crianças, jovens e adultos trabalhadores subalternizados por décadas de negação à educação escolar. De um lado, o poder público, através de “parcerias públicas privadas”, oferecia uma educação escolar aligeirada vinculada à ideologia das classes dominantes, por meio da inserção de seus aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 2007) no interior do sistema público de ensino. Os projetos dos dominantes tinham por pressuposto a subordinação da classe trabalhadora ao empresariado e sua concepção de mundo, contribuindo, por meio da educação, para reproduzir uma ideologia de fim dos conflitos de classe, enfraquecendo a luta histórica dos movimentos sociais contra os mecanismos de expropriação e dominação social.

Por outro lado, tínhamos os povos tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras, organizados no Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que é um movimento de articulação entre esses povos de Angra do Reis-RJ, Paraty e Ubatuba-SP, lutando por uma educação que fortalecesse não só o movimento, mas, principalmente, que garantisse a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios, construindo uma outra hegemonia, distinta daquela difundida pela pedagogia empresarial (Souza e Loureiro, 2020). Uma particularidade importante desse processo foi a constituição do Coletivo de apoio à educação diferenciada do FCT em 2015, antes, portanto da formação do núcleo do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), ocorrida somente em 2017, após a crescente mobilização desencadeada na cidade pelas ocupações estudantis, em 2016.

Verifica-se em Paraty um fenômeno em que a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), definida em suas características próprias pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e demais legislações educacionais, é apropriada no curso da própria negação ao direito à educação e ao acesso à escola pública das crianças, jovens e adultos trabalhadores. A história da EJA no Brasil foi estudada em diversas pesquisas (Ventura e Bonfim, 2015; Rummert, 2006) que a definem na esteira das lutas dos trabalhadores pelo acesso à educação escolar, entendida como processo social fundamental na socialização humana e no acesso ao conhecimento historicamente construído e difundido.

Em Paraty, foi a partir de processos de lutas, mas em uma conjuntura desfavorável na correlação de forças, entretanto, que se constituiu uma EJA forjada na precariedade, realizada de maneira aligeirada e intercambiada pelos interesses dominantes. Neste sentido, a luta histórica dos trabalhadores da região encontrou no Estado educador (Gramsci, 2001) o transformismo capaz de perverter a bandeira de lutas de crianças, jovens e adultos trabalhadores. Ao contrário de uma escola unitária e de uma educação politécnica responsável por superar a disjunção entre o pensar e o fazer, entre o trabalho material e imaterial, o que se verificou foi a instituição de uma EJA pautada na provisoriedade, em instalações impróprias e na intensificação da precariedade do trabalho docente. Os professores possuíam pouca autonomia, tendo sua prática pedagógica limitada pela metodologia das videoaulas e dos materiais produzidos fora do ambiente escolar e pela mediação empresarial (SOUZA, 2017). Identificando-se, então, um processo de expropriação da construção do conhecimento dos professores e uma redefinição da relação entre a teoria e a prática do trabalho docente nesta rede de ensino.

Em 2015, o acordo de parceria entre a SME e a FRM chegou ao fim. Nos anos seguintes, verificou-se um processo de expansão da rede pública municipal de Paraty a partir da abertura de novas turmas de segundo segmento, também fruto de mobilizações e lutas. Em 2016, foram abertas duas turmas, organizadas em ciclos escolares, em comunidades caiçaras. Em 2019, uma nova turma foi aberta. No ano seguinte, antes do início da pandemia, estavam previstas as aberturas de turmas de segundo segmento em diversas comunidades e bairros do município, o que de fato só se efetivou em meados de 2021 com a volta das aulas presenciais. Atualmente, são 15 escolas com segundo segmento em toda rede municipal, demonstrando um aumento considerável na oferta desta modalidade.

Por outro lado, a oferta da EJA, ao longo dos anos, foi se tornando irrisória, contrariando o previsto pelo Plano Municipal de Educação de Paraty, Lei Municipal nº 2.028/2015 e Lei Municipal nº 2.327/2021, que com a estratégia 10.1 da Meta 10 (Elevar a escolaridade média da população de jovens e adultos, de forma integrada à Educação Profissional, de modo a alcançar, no mínimo, 12 - doze - anos de estudo no último ano de vigência deste Plano) propunha “criar programa municipal de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, em especial a classe de pescadores e agricultores, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica” e com a Estratégia 10.2 pretendia:

(...) expandir e facilitar as matrículas na Educação de Jovens e Adultos assegurando seu funcionamento nos períodos diurno e noturno, de modo a articular a formação

inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade e da qualidade da formação do(a) trabalhador(a) (Paraty, 2021).

Já a luta pela ampliação das vagas de creche e educação infantil, como estratégia fundamental para assegurar o direito à educação, ainda reivindica os padrões mínimos exigidos legalmente. No Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, a meta 1 define que deveria-se universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. Em 2022, considerando os dados do Censo Demográfico e do Censo Escolar, enquanto 96% das crianças estavam matriculadas na Educação Infantil, apenas 22% estavam matriculadas em creches.

Em 2024, segundo Censo Escolar, na cidade de Paraty existem 10.664 matrículas, sendo a maioria (57,9%) na rede municipal. As demais dividem-se entre 18,7% na rede estadual e 23,4% na rede privada. Na rede municipal, as matrículas estão divididas entre creche, Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e EJA. Nos últimos dez anos houve um crescimento de matrículas em todos os segmentos e uma diminuição significativa na modalidade EJA. É possível analisar este processo a partir da tabela abaixo:

Rede Municipal de Paraty - Matrículas - 2014 a 2024						
	Creche	Educação Infantil	Anos Iniciais	Anos Finais	EJA	Total
2014	174	664	2.928	1.160	495	5.421
2015	195	673	2.844	1.200	441	5.353
2016	255	764	2.816	1.267	147	5.249
2017	300	801	2.820	1.328	100	5.349
2018	365	853	2.692	1.415	67	5.392
2019	406	945	2.646	1.494	154	5.645
2020	384	1.023	2.671	1.502	222	5.802
2021	338	881	2.638	1.643	157	5.657
2022	393	1.072	2.717	1.613	124	5.919
2023	431	1.103	2.813	1.574	132	6.053
2024	543	979	2.975	1.632	31	6.160

Fonte: Censo Escolar (2014-2024)

Os dados extraídos do Censo Escolar permitiram elaborar na tabela acima uma série histórica da ampliação do universo de matrículas na rede pública municipal de Paraty nos últimos dez anos, entre 2014 e 2024. É possível identificar um crescimento no número de matrículas em creche que atingiu seu ápice em 2022 com 1.072 matrículas que correspondiam

a 22% das crianças de 0 a 3 anos. O universo de matrículas nos anos iniciais altera a queda entre 2014 e 2019 e uma elevação até 2024 com um crescimento tímido de 47 matrículas em dez anos. O maior crescimento ocorreu no segmento dos anos finais com um aumento de 472 matrículas.

A redução da oferta de EJA na rede municipal, modalidade relegada a quase extinção com somente 31 matrículas em 2024, significou a eliminação de 400 matrículas. Nesta nova configuração, a oferta de EJA foi concentrada em uma única escola, situada no centro da cidade, com parte importante da demanda transferida para a rede estadual de ensino em uma escola também situada no centro da cidade. Esta mudança acarretou num distanciamento entre a oferta e a demanda de jovens e adultos trabalhadores, em grande parte situados em localidades distantes das referidas escolas. Outro aspecto relevante foi a desmobilização de professoras e professores que vinham se dedicando ao trabalho na EJA nestas mesmas comunidades.

Neste sentido, o que se levanta por trás da ampliação da rede municipal de ensino de Paraty foi a ampliação para menos (Algebaile, 2009), pautada numa formação para o trabalho simples. A ampliação da rede municipal de Paraty vem no decorrer desta década mobilizando um conjunto de professoras e professores, em diferentes regimes de contratação, que atuam nas escolas da rede municipal. Esta atuação ocorre, por um lado, em situações que reproduzem as condições gerais do trabalho docente da educação brasileira (baixos salários, violência escolar, desvalorização, precária infraestrutura das escolas, controle do trabalho e falta de autonomia etc.). Por outro lado, considerando as especificidades locais, alguns elementos se destacam na realidade territorial formada por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e caiçaras), cuja luta pelo acesso à escola pública contribuiu de forma fundamental para a organização de seus movimentos sociais, mas que tem sido, ao longo dos anos, objeto de uma pedagogia neoliberal, que se organiza a partir da lógica empresarial que, além de privatizar a educação escolar, expropria professoras e professores em um processo de subsunção proto-real (Miranda, 2017), tornando o trabalho docente algo alienado e, portanto, estranho e adoecedor.

O que se verificou neste processo de ampliação da rede pública da cidade foi que ele ocorreu às custas da intensificação da precariedade do trabalho docente, realizado em grande medida por trabalhadoras mulheres que enfrentam jornadas extensivas de trabalho, cujo o desdobramento fundamental se verifica em processos de adoecimento no trabalho e ampliação do mal-estar docente (Esteve, 1999).

4. Trabalho, saúde e mal-estar docente na rede municipal de Paraty

Em 2024, na rede municipal de Paraty atuaram trezentos docentes, sendo quase um terço em regime de contrato temporário de trabalho. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, na Meta 18 define que deveria-se assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal. Segundo a estratégia 18.1 deveria-se

(...) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados (Brasil, 2014).

Na rede municipal de Paraty, durante os dez anos de vigência do atual Plano Nacional de Educação, o percentual de docentes contratados sob regime estatutário esteve de acordo com o estabelecido em lei apenas entre 2014 e 2018. Em 2019, o percentual de estatutários passou a 88% e em 2020 chegou a 80%, tendo uma queda grande em 2021, quando este número chegou a 58%. A outra forma de contratação utilizada pela prefeitura tem sido o contrato temporário. Em 2014, os docentes sob contrato temporário representavam apenas 8% da categoria. O maior índice foi atingido em 2022, quando o percentual de docentes sob contrato temporário chegou a representar 38% da categoria. Há ainda, segundo informação extraída do Censo Escolar, contratação de docentes sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que chegaram a representar o percentual de 6% em 2020. Em 2024, os estatutários representaram 70% dos docentes, enquanto que 28% dos docentes foram contratados sob contratos temporários e 2% sob a CLT.

O número alto de docentes contratados temporariamente reflete no indicador de “regularidade docente”, organizado pelo INEP, a partir dos dados do Censo Escolar. Em 2023, foi possível identificar, por exemplo, o impacto do alto número de contratados e de horas extras. Em Paraty, por exemplo, o índice de “alta regularidade” (entre 4 e 5 anos na mesma escola) é de 0%. A maioria dos docentes (53%) estão na categoria média-baixa de regularidade. Este dado impõe limites ao trabalho docente, sendo um obstáculo para realização dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) das escolas e afeta à saúde de professoras

e professores. O desastre pedagógico produzido por esta condição imposta pelas formas de contratação e organização do trabalho é ainda maior quando observadas a realidade das “escolas rurais” que incluem as escolas quilombolas e caiçaras de toda a região.

A infraestrutura das escolas da rede municipal é outro elemento que colabora para o mal-estar docente. Aqui alguns itens selecionados merecem destaque: a) as escolas com acessibilidade são minoria (17%); b) O mesmo acontece com as escolas que possuem bibliotecas. A minoria das escolas possui este importante espaço de ensino e aprendizagem (33%); c) A maioria das escolas não oferece laboratórios de informática. Em Paraty este número se restringe a 14% das escolas; d) Em relação aos laboratórios de ciências os números são ainda menores: apenas 3% das escolas; e) Quadra de esportes também é um equipamento raro, sendo um “privilégio” de apenas 19%. Estes são apenas alguns itens, dentre muitos outros, que foram identificados e estão associados ao “mal-estar docente”, operando como condições que impactam o trabalho e a saúde dos docentes.

A Enquete Docente utilizada na pesquisa junto aos docentes da rede municipal é um questionário de preenchimento online, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE) , realizada entre outubro de 2024 e junho de 2025 em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ) e com o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro e região (SINPRO-Rio). Ao todo, 42 docentes da rede municipal de ensino de Paraty participaram da Enquete Docente, sendo 30 respondentes do sexo feminino e 12 respondentes do sexo masculino. Destes, a maioria se concentra entre a faixa etária de 41 a 50 anos (17 respondentes) e 51 a 60 anos (12 respondentes), acompanhando os resultados já identificados na pesquisa geral no estado do Rio de Janeiro de uma categoria mais experiente e em processo de envelhecimento.

Na Enquete Docente conseguimos identificar três aspectos que relacionam as condições de trabalho e saúde docente na rede: 1) situações que impactam a saúde docente; 2) sintomas de mal-estar ou adoecimento; 3) doenças ou distúrbios que afetam a saúde.

Entre os respondentes à pergunta “você se sente adoecido pelo trabalho?”, 20 professores responderam que sim e 8 responderam que não. Ainda que não seja possível aferir a partir dessa pergunta se os professores estão de fato adoecidos, a sensação dos mesmos de que estão doentes por conta do trabalho é um indicativo de insatisfação com sua atividade laboral. Essa insatisfação também é manifestada na pergunta “você deseja trocar de profissão?”, quando 10 professores afirmam que sim e 11 se colocam em dúvida, respondendo talvez, contrapondo-se a somente 8 professores que afirmaram que não desejam trocar de

profissão. Destes oito, quatro já possuem mais de 21 anos de experiência na carreira docente e portanto, a negativa pode estar relacionada a este fator.

Na pesquisa foram identificados como as principais situações que impactam a saúde docente na rede municipal de Paraty: a) dificuldade de aprendizagem dos alunos (37 respostas); b) dificuldade de motivação dos estudantes (35 respostas); c) atividades não valorizadas (30 respostas); d) Falta de material pedagógico (29 respostas); e) recursos pedagógicos inadequados (29 respostas).

A partir das respostas é possível identificar que as principais questões relacionadas ao trabalho que impactam na saúde docente são aquelas que têm relação com o sentido do trabalho e a sua auto realização enquanto profissional, como a dificuldade e o desinteresse dos estudantes e o não reconhecimento do seu esforço e trabalho. Além disso, estão presentes também aquelas questões que poderiam trazer alguma facilidade na realização prática laboral de suas atividades cotidianas como os materiais e recursos pedagógicos disponíveis, que pelo ao contrário quando existem se apresentam inadequados.

Em relação aos sintomas que impactam a saúde docente foram identificados: a) cansaço ou fadiga (40 respostas); b) ansiedade (35 respostas); c) dor de cabeça (31 respostas); d) problema de voz (28 respostas); e) dificuldade de concentração (26 respostas).

Em relação às principais doenças e distúrbios que afetam a saúde de docentes foram identificadas: a) estresse (27 respostas); b) insônia (24 respostas); c) resfriado (20 respostas); d) enxaqueca (16 respostas); e) problemas de voz (16 respostas).

Chama a atenção que quase todos os professores responderam apresentar o sintoma de cansaço ou fadiga. Segundo levantamento feito por Varela et al. (2022) sobre burnout numa pesquisa sobre saúde docente realizada em Portugal, é consenso na área da saúde que o cansaço ou fadiga constante é um dos sinais ou sintomas usados para o diagnóstico desta síndrome, junto com a desumanização das relações e a degradação do sentimento de realização pessoal, esta última já mencionada anteriormente.

Considera-se a existência de um processo mundial em curso que altera tanto as formas de subsunção do trabalho docente como também modifica o conteúdo do “mal-estar docente”. Se anteriormente as principais queixas relacionadas ao trabalho docente eram relacionadas a questões físicas como alteração na voz, audição e dores posturais, hoje temos também o aumento de questões de natureza psíquica, superando inclusive as anteriores. Assim, temos o agravamento das condições de saúde psicofísicas dos professores diante de medidas que intensificam o controle sobre o trabalho docente.

Dos 42 professores participantes da pesquisa em Paraty, 20 afirmam já terem tirado licença médica para cuidar da saúde, sendo que 13 deles tiraram mais de uma licença e 8 tiraram licenças com duração maiores que 40 dias.

A partir das respostas sobre o padrão de uso de medicamentos e a busca por psicoterapia é possível identificar uma tentativa, ainda que individual, por melhoria das condições de saúde. Entre os professores, 26 já fizeram ou fazem uso da psicoterapia, 15 usam medicação de forma contínua por prescrição médica, 2 utilizam medicamentos de forma contínua por automedicação, 11 de forma esporádica por prescrição médica e 6 esporádica por automedicação. Somente 6 professores responderam que não fazem uso de medicamentos.

Apesar desses recursos poderem trazer algum alívio nos sintomas e alguma melhoria na condição de saúde e vida desses professores, não alteram a estrutura que produzem os sentimentos e sintomas de mal-estar e os quadros de adoecimento, se tornando meros paliativos para aqueles que conseguem acessá-los. Buscas por soluções coletivas, através de organizações e lutas, ainda parecem estar distantes no contexto deste município. Entre os participantes da pesquisa, uma parte considerável não possui engajamento político algum. A maioria (28 respostas) não se organiza em sindicatos docentes e quase metade (20 resposta) não participa de nenhum tipo de movimento social. Este é um desafio ainda posto para os profissionais da educação da rede municipal de Paraty.

5. Considerações finais

Concluimos este artigo afirmando a necessidade de ampliar os estudos sobre a relação entre trabalho e saúde docente no interior dos sistemas públicos de ensino do país. Em Paraty é possível identificar um número alto de docentes que identificaram entre os sintomas, doenças e distúrbios uma tendência ao sofrimento psíquico que precisa ser aprofundada em estudos futuros. Espera-se com este trabalho contribuir para a ampliação dos estudos no campo trabalho e educação de investigações sobre a relação entre trabalho e saúde, destacando ainda as formas de resistências individuais e coletivas das professoras e professores.

REFERÊNCIAS

ALGEBAIL, Eveline. **Escola pública e a pobreza no Brasil: a ampliação para menos.** Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009. 349p.

AMORIM, Henrique. **As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx**. Caderno CRH, 27 (70): 31-45, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. 328p.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm - Acesso em setembro de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm - Acesso em setembro de 2025.

BORGES, Kamylla P. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. Curitiba: Appris, 2020. 195p.

CALDAS, Andrea R. **Trabalho docente e saúde: inquietações trazidas pela pesquisa nacional com professores (as) da educação básica**. In: OLIVEIRA, Dalila A.; VIEIRA, Lívia F. (Org.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: ed. Fino Traço, 2012, p. 429-445.

COSTA, Pedro Henrique A. **O marxismo e a loucura**. São Paulo: Ed. Lavrapalavra, 2023. 285p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. 402p.

ESTEVE, José M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. 170p.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 157p.

GASPARINI, Sandra M.; BARRETO, Sandhi M; ASSUNÇÃO, Ada A. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre a sua saúde**. *Educação e Pesquisa*. Educação e Pesquisa, 31 (2): 189-199, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 334p.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. 428p.

LEITE, M. P.; SOUZA, A.N. **Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil**. *Educação e sociedade*, Campinas, 32 (117): 1105-1121, 2011.

LEHER, Roberto. **Capital humano, pedagogia e alienação do trabalho docente**. In: VARELA, Raquel. Do entusiasmo ao burnout? A situação social e laboral dos professores em Portugal hoje. Famalicão, Edições húmus, 2022. 157-180p.

MIRANDA, Kênia. **Lutas por educação no Brasil recente: o movimento docente na educação superior**. Niterói: Eduff, 2017. 246p.

OLIVEIRA, Dalila A.; VIEIRA, Livia F. (Orgs.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: ed. Fino Traço, 2012, p. 429-445.

PARATY. Lei nº 2.327/2021. **Altera o anexo I da Lei Municipal nº 2.028/2015 que Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação PME**. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/conselho-municipal-de-educacao/leis/LEI-2327.2021-ALTERA-LEI-2028.2015-PME-PARATY.pdf> - Acesso em setembro de 2025.

PARATY. Lei nº 2.028/2015. **Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação - PME para o decênio 2015/2025**. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/203908/paraty_lei_2.028_15_plano_municipal_de_educacao.pdf - Acesso em setembro de 2025.

PARO, Vitor H. **Administração escolar: introdução crítica**. 17ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. 232p.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 196p.

RUMMERT, Sônia M. **Formação continuada de educadores de jovens e adultos: desafios e perspectivas**. In: SOARES, L. (Org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica/MEC/ Unesco, 2006. p. 123-140

SAFATLE, Vladimir.; JUNIOR, Nelson S.; DUNKER, Christian. (Org.). **Neoliberalismo como modo de gestão do sofrimento psíquico**. BH: Ed. Autêntica, 2021. 288p.

SANTOS, Vinícius. **A dialética do trabalho imaterial**. São Paulo: Lavrapalavra, 2023. 410p.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 44ª ed. São Paulo: Cortez Editora; Editora Autores Associados, 2021a. 160p.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. 12ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2021b. 168p.

SILVA, Jeferson P.; FISCHER, Frida M. **O perfil das publicações sobre condições de trabalho e saúde dos professores: um aporte para (re) pensar a literatura**. Saúde e Sociedade, 30 (4): 1-12, 2021.

SOUZA, Vanessa M.; LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Estratégias políticas e pedagógicas da Fundação Roberto Marinho em Paraty/RJ: a apropriação privada do direito à**

educação dos Caiçaras. In: Vieira, Nívea S.; Lamosa, Rodrigo A.C. (Org.). Todos pela educação? Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. Curitiba: Appris, 2020, p. 97-114.

SOUZA, Vanessa M. **“Educação para permanecer no território”: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-RJ.** 2017. 390p. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2017.

VARELA, Raquel; SANTA, Roberto; LEHER, Roberto; SILVEIRA, Henrique; ROLO, Duarte. (Orgs.). **Do entusiasmo ao burnout? A situação social e laboral dos professores em Portugal hoje.** Famalicão: Edição Humus, 2022. 210p.

VENTURA, Jaqueline; BONFIM, Maria Inês. **Formação de professores e educação de jovens e adultos: o formal e o real nas licenciaturas.** Educação em Revista, 31 (02): 211-227, 2015.

VIEIRA, Juçara D. **Pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos profissionais da Educação Básica Pública.** Brasília: CNTE, 2017. 72p.